



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS
GERAIS**

**ANEXO VI
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

**LÍNGUA PORTUGUESA
(PARA TODOS OS CARGOS)**

- Identificação de informações pontuais no texto.
- Uso da língua padrão em gêneros textuais na modalidade escrita (pontuação, ortografia, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal, estruturação de orações e períodos).
- Inferência do sentido de palavras a partir do contexto.
- Estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público (intimidação, sedução, comoção, chantagem, entre outras);
- Objetivos discursivos do texto (informar ou defender uma opinião, estabelecer contato, promover polêmica, humor etc.).
- Gêneros textuais no serviço público (Aspectos Gerais da Redação Oficial. As Comunicações Oficiais).
- Elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos.
- A articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor.
- Marcas linguísticas necessárias à compreensão do texto (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente).

• **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo

acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. Brasília, 2002. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm>. Acesso em: 13 jun. 2015.

FAVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 11. ed. rev. atual. São Paulo: Ática, 2007.

FIORIN, J. L. **Lições de texto: leitura e redação**. 5. ed. São Paulo: Atica, 2006.

FIORIN, J. L.; SAVIOLLI, F. P. **Para entender o texto: leitura e redação**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

GUIMARÃES, E. **A articulação do texto**. 10. ed. São Paulo: Atica, 2007.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto: o que é e como se faz?** São Paulo: Parábola, 2012.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

MEDEIROS, J. B. **Correspondência: técnicas de comunicação criativa**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VAL, M. G. C. **Redação e textualidade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes,

LEGISLAÇÃO (PARA TODOS OS CARGOS)

- Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.
- Procedimentos e Processos Administrativos.
- Ética no Serviço Público.
- Normas Constitucionais sobre a Administração Pública.
- Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).
- Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas.
- Dos Crimes contra a Administração Pública: Dos crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais.
- **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- **Decreto nº 1.171, de 22 de Junho de 1994.** Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Da Administração Pública e dos Servidores Públicos (artigos 37 a 41).
- **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.
- **Resolução nº 1, de 31 de agosto de 2009.** Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.
- **Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.** Código Penal: Dos crimes contra a Administração Pública: Dos crimes praticados por funcionário pública contra a Administração em geral (artigos 312 a 327).

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

(PARA TODOS OS CARGOS)

Conhecimentos básicos de Sistemas Operacionais (MS-Windows).

Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, formatação) com Editores de Texto (MS-Word, LibreOffice - Writer ou Google - Docs).

Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, funções) com Planilhas Eletrônicas (MS - Excel, LibreOffice - Calc ou Google - Docs).

Operações básicas de Navegação na Internet (Google - Chrome ou Mozilla - Firefox).

Operações básicas de Correio Eletrônico (Yahoo! Mail, Google - Gmail ou Microsoft - Hotmail).

Noções de segurança: conceitos de vírus (spyware, spam, worms etc.), acesso a sites seguros, cuidados e prevenções.

Serão consideradas as versões lançadas a partir do ano de 2008 para todos os produtos citados no Programa.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

Manuais e opções de ajuda dos produtos citados no Programa.

CENTRO DE ESTUDOS, RESPOSTA E TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA NO BRASIL. Cartilha de segurança para internet. 2. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/livro/>>. Acesso em: 15 set. 2016.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ARQUIVISTA

1. Conceitos fundamentais da arquivologia: teorias e princípios.
 - 1.1. Terminologia arquivística.
2. Diagnóstico em Arquivos.
3. Construção, adaptação e reforma de edifícios para Arquivos.
4. Produção e armazenamento de documentos de arquivo.
5. Análise diplomática e tipológica de documentos de arquivo.
6. Protocolo: recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos.
7. Gestão de documentos arquivísticos.
 - 7.1 Destinação e eliminação de documentos de arquivo
- 8.1 Arquivos correntes.
- 8.2 Arquivos intermediários.
- 8.3 Instrumentos de gestão de documentos: Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos
9. Arquivos Permanentes.
 - 9.1 Instrumentos de pesquisa.
10. Funções arquivísticas: classificação, avaliação, descrição e difusão.
11. Preservação, conservação e restauração de documentos arquivísticos.
12. Microfilmagem de documentos de arquivo.
13. Digitalização de documentos de arquivo.
14. Documentos eletrônicos (digitais).
15. Legislação e normas arquivísticas.
16. Acesso à Informação Pública.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ANDRADE, Ana Célia Navarro de. Microfilmagem ou digitalização? - O problema. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória: Trajetórias e Perspectivas**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999. p. 99-113.

~~ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Gestão de Documentos: conceitos e procedimentos básicos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. 49 p. (Publicações Técnicas n. 47)~~

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **e-ARQ Brasil: Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. 136p. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/earqbrasil_model_requisitos_2009.pdf. Acesso em: 22 maio 2009

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Codigo_de_classificacao.pdf>. Acesso em 22.09.2016

Arquivo Nacional (Brasil). **Dicionário Brasileiro De Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf>. Acesso em 22.09.2016

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Recomendações para a construção de arquivos**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2000. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/recomendaes_para_construo_de_arquivos.pdf>. Acesso em 22.09.2016

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2005. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/recomendaes_para_a_produo.pdf>. Acesso em 22.09.2016

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objeto, princípios e rumos**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 320 p.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. 120p. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/como_fazer_analise_diplomatica_e_analise_tipologica.pdf>. Acesso em 22.09.2016

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. 1ª ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 89p. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/como_avaliar_documentos_de_arquivo_volume_01.pdf>. Acesso em 22.09.2016

BRASIL. **Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996**. Regulamenta a Lei n. 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a Microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências. Diário Oficial, 31 jan. 1996.

BRASIL. **Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, 04 jan. 2002.

BRASIL. **Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015**. Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Brasília, 09 out. 2015.

BRASIL. **Lei 5.433, de 08 de maio de 1968**. Regula a Microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências. Diário Oficial, 10 maio 1968.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos

públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 09 jan. 1991.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art.216 da Constituição Federal; altera a Lei n.8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a lei n.11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 18 nov. 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.** Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. Diário Oficial da União, 10 jul. 2012.

CASSARES, Norma Cianflone (em colaboração com Cláudia Moi). **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas.** 1ª ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000. 80p. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/como_fazer_conservacao_preventiva_em_arquivos_e_bibliotecas.pdf>. Acesso em 22.09.2016

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **Diretrizes para a implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis - RDC-Arq.** Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf>. Acesso em 22.09.2016

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **NOBRADE:** Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf> Acesso em 22.09.2016

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **Resolução nº 5, de 30 de setembro 1996.** Dispõe sobre a publicação de editais para Eliminação de Documentos nos Diários Oficiais da União, Distrito Federal, Estados e Municípios. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/247-resolucao-n-5,-de-30-de-setembro-1996.html>>. Acesso em 22.09.2016

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **Resolução nº 31, de 28 de Abril de 2010.** Dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf>. Acesso em 22.09.2016

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **Resolução nº 40, de 9 de dezembro de 2014.** Dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/282-resolucao-n-40,-de-9-de-dezembro-de-2014.html>>. Acesso em 22.09.2016

DUCHEIN, Michel. **O respeito aos fundos em Arquivística:** princípios, teóricos e problemas práticos. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro: 1986. v.10 - 14 n. 1

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivos.** São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo; Arquivo do Estado, 1998. 38 p. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/como_classificar_e_ordenar_documentos_de_arquivo.pdf>. Acesso em 22.09.2016

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2ª ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009. 416p.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**. 1ª ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. 60p. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/como_descrever_documentos_de_arquivo__elaboracao_de_instrumentos_de_pesquisa.pdf>. Acesso em 22.09.2016

MATTAR, Eliana (Org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Portaria Interministerial Nº 1.677, de 07 de outubro de 2015**. Define os procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Diário Oficial da União, de 09 out. 2015. Seção 1. p. 27-33.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). **Portaria nº 1.261, de 23 de dezembro de 2013**. Determina a obrigatoriedade do uso do Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior, aprovado pela Portaria nº 92 do Arquivo Nacional, de 23 de setembro de 2011, pelas IFES e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 24 dez. 2013. Seção 1. p. 11.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). **Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013**. Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino. Diário Oficial da União, de 19 dez. 2013. Seção 1. p. 105-116

PAES, Marilene Leite. **Arquivo: Teoria e Prática**. 3ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 228p.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 160p.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Trad. de Magda Bigote de Figueiredo. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Vanderlei Batista dos (org.); INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital e gestão do conhecimento**. Distrito federal: SENAC, 2007. 224p.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 6ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 388p.

ENGENHEIRO/ÁREA CIVIL

Licitações; Contratos; Legislação pertinente; Processo do projeto; Projeto de estruturas de concreto; Ações sobre a estrutura e comportamento estrutural; Qualidade da edificação; Interface projeto/execução; Orçamentos de obra; Planilhas de obra; Cronogramas físico-financeiro; Custos diretos e indiretos – BDI; Curva ABC; Especificação de materiais e serviços; Canteiro de obras; Desempenho de materiais; Solos; Ensaios geotécnicos; Prospecção do solo e sub-solo; Tipos de fundações diretas e profundas; Contenções; Escavações; Aterros; Escoramentos; Drenagem. Vedações; Sistemas impermeabilizantes; Instalações elétricas, Instalações hidráulicas, Instalações sanitárias, Instalações telefonia e lógica; Elevadores; Ar-condicionado; Normas técnicas. Patologias das construções – causas e prevenções; Manutenções prediais. Coberturas; Conforto térmico; Conforto acústico; Acessibilidade em edificações e espaços urbanos; Proteção e segurança do trabalho.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6118:2014 – Projeto de estruturas de concreto - Procedimento. ABNT: Rio de Janeiro, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. ABNT: Rio de Janeiro, 2015.

BOTELHO, Manoel Henrique Campos; MARCHETTI, Osvaldemar. Concreto Armado Eu Te Amo – Vol. 1. 8ª Edição. São Paulo: Blücher, 2015.

BRASIL. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso: 26 set. 2016.

BRASIL. Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm>. Acesso em: 26 set. 2016.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. Guia Orientado para atendimento à norma ABNT NBR 15575/2013. Disponível em: <http://www.cbic.org.br/arquivos/guia_livro/Guia_CBIC_Norma_Desempenho.pdf>. Acesso: 26 set. 2016.

FERREIRA, Antônio Domingos Dias. Habitação Autossuficiente: Interligação e Integração de Sistemas Alternativos. 1ª Ed. Interciência. Rio de Janeiro, 2014.

JOURDA, Françoise-Helène. Pequeno Manual do Projeto Sustentável; [tradução ao português Cristina Reis]. 1ª Ed. Gustavo Gili. São Paulo, 2013.

LIMA, Claudia Campos Netto Alves de. Autodesk Revit Architecture® 2015: Conceitos e Aplicações. 1ª Ed. Érika/Saraiva. São Paulo, 2014.

MATTOS, Aldo Dórea. Como preparar orçamentos de obras. 2ª ed. São Paulo: PINI, 2014. 268 p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Norma Regulamentadora – NR 18-Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. 2012. 62 p.

REBELLO, Yopanan Conrado Pereira. Estruturas de Aço, Concreto e Madeira: Atendimento da Expectativa Dimensional. Editora Ziguarte. São Paulo, 2005.